

## APONTAMENTOS SOBRE A CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA EM MARX E NA TEORIA MARXISTA

Rebecca de Oliveira Freitas \*

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo traçar alguns elementos da abordagem das crises de um ponto de vista marxista, buscando estabelecer seu conteúdo, a partir da análise das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e suas determinações, a partir da leitura de Marx e de autores que trabalharam o tema especificamente, como Carcanholo (1996) e Ribeiro (2008). A atualidade da crise do capital impõe uma reflexão sobre a temática, a qual é aqui desenvolvida em uma perspectiva teórica e que pode contribuir para a melhor compreensão da realidade que enfrentamos atualmente. Isso se dá a partir da compreensão de que, em que pese a existência de mudanças nas formas de gestão e organização do modo de produção capitalista ao longo de sua história, é possível reconhecer um tronco comum de características sistematizadas pela tradição marxista que caracterizam esse modo produção. Especificamente no que diz respeito ao debate sobre a crise, compreendemos que ela exacerba contradições fundamentais do capitalismo as quais, longe de terem sido resolvidas por mudanças como as estabelecidas pelo estado de bem estar social ou pelo neoliberalismo, se expressam repetidamente e de forma aprofundada a medida em que o capital se desenvolve e expande. Marx, ao se referir a um aspecto específico da crise, a tendência à taxa decrescente de lucro, aponta como o fenômeno da crise atesta as limitações do modo de produção capitalista e a sua superabilidade.

Essa barreira peculiar atesta a estreiteza e o caráter meramente histórico e transitório do modo de produção capitalista; atesta que este não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza. (MARX, 2017, p.282).

O artigo desenvolverá a discussão dentro do campo de debate teórico sobre a questão da crise em Marx. Contudo, cabe destacar que há diversos estudos interessantes e

---

\* Bacharel e licenciada em História pela UFPR e licenciada em Música pela UNESPAR. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

importantes que trazem essa questão para o âmbito diretamente histórico – e incluímos aqui a palavra diretamente por compreender que, ainda que o debate aqui apresentado seja teórico ele parte do método materialista dialético, ou seja, de conceitos teóricos abstraídos a partir da realidade concreta. Dentre eles podemos citar Istvan Meszáros, em Michael Roberts e Richard D. Wolff como alguns exemplos, que apontam, ainda que com interpretações específicas, a atualidade da interpretação marxista das crises.

Na abordagem do fenômeno das crises é comum a tentativa de isolá-las enquanto um fenômeno que poderia ser explicado em si ou, ainda, como relacionada a alguns aspectos fragmentados do modo de produção capitalista. Os teóricos da economia política, como Ricardo, a analisavam enquanto uma eventualidade externa às leis de funcionamento do sistema capitalista – pelo que foram brilhantemente criticados por Marx. Ainda assim, mesmo no âmbito das análises marxistas sobre o tema há diversos exemplos de tentativas de explicações para a crise que lhe atribuem causas únicas, absolutizam a necessidade de sua existência ao ponto de tornar sua ocorrência mecânica, em busca de previsões que confirmem a falência do capitalismo.

Marcelo Carcanholo (1996) aponta alguns erros comuns da tradição marxista quando da análise das crises. Ele traça um panorama sobre as teorias que reduzem as causas da crise à queda da taxa de lucro, como Castells, ao subconsumo, como Rosa Luxemburgo, às desproporções, como Hilferding, e a teoria da superacumulação, desenvolvida por Moszkowska. Segundo o autor, essas abordagens teriam em comum a confusão entre as causas da crise e suas formas de manifestação. Tal crítica é corroborada por Grespan (1998) ao afirmar como problema de parte da produção marxista sobre a crise o privilégio unilateral de um dos elementos de seu conteúdo em detrimento dos demais, estabelecendo-o como causa do fenômeno. Se, por um lado, a observação de suas manifestações é um momento necessário da análise das crises, ela não é, contudo, suficiente para explicá-las. Para tanto, Carcanholo cita Lefebvre:

Com efeito, a causa de um fenômeno qualquer só pode ser o devir do mundo em sua totalidade... se todo fenômeno faz parte de um universo, de uma interação universal, então é inútil buscar-lhe uma causa.” (LEFBVRE, 1991. Apud CARCANHOLO, 1997, p.21).

Ou seja, Carcanholo advoga que uma teoria explicativa das crises deve se relacionar a uma metodologia que leve em consideração a totalidade, tal qual defende o método marxista. Assim, é necessário analisá-la enquanto parte de um todo maior, o modo de produção capitalista em si.

Uma abordagem semelhante é proposta Ribeiro (2008) e Grespan (1998). Ambos os autores partem dos fundamentos do sistema capitalista para desenvolver uma explicação do fenômeno da crise. Isso é importante também quando pensamos a própria metodologia de estudo da obra de Marx. Poderia se pensar que o estudo do capítulo XV do Livro III d'O Capital, apontado como o trecho de sua obra que mais diretamente trata da temática das crises, seria suficiente para compreender a abordagem do autor dessa temática. Contudo, como já afirmado por Carcanholo e também evidente a partir da leitura de Ribeiro e Grespan, a necessidade de se entender a crise como parte da totalidade do capitalismo impede, também, que se olhe para somente um aspecto da obra de Marx isoladamente. Fica demonstrada a importância da leitura d'O Capital enquanto obra, reconhecendo as leis de funcionamento do sistema capitalista, e suas contradições, em seus diversos níveis de abstração apontados ao longo da exposição e sua relação com os fenômenos a serem estudados – em nosso caso as crises. Assim, Grespan afirma:

Em outras palavras, não é necessário aguardar o fim da obra para só então estudar as crises, porque a determinação delas já se encontra desde o início e ao longo de toda apresentação do conceito de “capital”, embora muitas vezes de modo implícito, como o negativo presente, mas não tematizado de cada forma que o capital assume. (GRESPLAN, 1998, p.12).

## **1. As crises e seu conteúdo**

### **1.1. As contradições da mercadoria e a possibilidade das crises**

Carcanholo propõe que para se explicar adequadamente o fenômeno das crises é necessário, a partir da observação das formas de manifestação da crise, definir o seu conteúdo e, assim, passar a localizar suas determinações.

No estabelecimento do conteúdo do fenômeno das crises se constata que para Marx a crise é, na verdade, produto do desenvolvimento das contradições fundamentais inerentes ao modo de produção capitalista. É durante a crise que fica claro que a economia capitalista é uma unidade de contrários. A crise é a explicitação dessa unidade, cujas contradições são momentaneamente resolvidas pela crise, embora não de fato suprimidas. As contradições a que se refere podem ser traçadas em diversos níveis de abstração chegando até aquelas mais fundamentais escolhidas por Marx para iniciar a exposição de O Capital, as contradições internas à própria constituição da mercadoria: a contradição entre seu valor e seu valor de uso. Já se encontra ali o germe da possibilidade das crises – e desenvolveremos essa ideia na sequência. Grespan (1998) destaca, assim, a importância de, ao se estudar as crises desde um ponto de vista marxista, retomar os elementos da lei do valor como forma de traçar o

desenvolvimento dessas contradições.

A forma mais simples de uma mercadoria pressupõe a existência de valor e valor de uso. Para efetivar-se a troca dessa mercadoria, ela tem de negar um de seus polos para cada um dos sujeitos envolvidos, ou seja, tem de ser um não-valor de uso para quem pretende vendê-la e não ser um valor para aquele que a compra.

A contradição V x VU dá origem à possibilidade de surgirem produtos para os quais não existem consumidores. Ela constitui-se assim no germe de um novo tipo de crise: a crise de abundância. Concluindo: a mercadoria, forma que o produto do trabalho humano assumiu, em um determinado grau de desenvolvimento da sociedade, traz em seu bojo, na contradição entre V x VU, o germe da crise e esse germe desenvolver-se-á acompanhando o desenvolvimento da própria mercadoria. Seguir a evolução da contradição V x VU é acompanhar o desenvolvimento do fenômeno mercadoria e observar simultaneamente a gestação das crises. (RIBEIRO, 1988 Apud CARCANHOLO, 2009, p.8).

A contradição entre valor e valor de uso também se expressa no fato de uma mercadoria não poder jamais representar seu valor a partir de seu próprio valor de uso, mas somente no valor de uso de outra mercadoria, através da troca. Sua contradição interna se externaliza na figura de outra mercadoria. Essa externalização se agudiza no desdobramento da forma dinheiro, agora na oposição entre M e D. O dinheiro retira das outras mercadorias a prerrogativa de expressar os valores das mercadorias, fazendo dela, ao menos de forma generalizada, somente sua. Segundo Marx, já com a existência da forma dinheiro aparece a possibilidade das crises. A circulação das mercadorias, com a mediação do dinheiro, traz a cisão entre os atos de compra e venda. Esses dois processos independentes e antitéticos tem uma unidade interna a qual se expressa em antíteses externas.

Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias. (MARX, 2013, p. 187).

Essa possibilidade de crise se desenvolve à medida em que o dinheiro adquire a forma de meio não só de circulação, mas também de pagamento, o qual, segundo Marx, abre a possibilidade ainda abstrata da crise – tal qual aquela aberta pelo dinheiro como meio de circulação – mas mais concreta do que a primeira.

Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – apresenta a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade de ambas as fases, igualmente é a separação das mesmas e sua autonomização uma face à outra. Como elas, então, se co-pertencem, a autonomização dos momentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a crise, precisamente, na qual a unidade se efetua [betätigt], a unidade dos diferentes. A autonomia, que os momentos pertencentes um ao outro e complementares adotam reciprocamente, é anulada violentamente. A crise manifesta, assim, a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados. Não ocorreria nenhuma crise sem esta unidade interior dos aparentemente indiferentes um ao outro (GRESPLAN, 1998, p.63).

## 1.2. O capital: da possibilidade à necessidade das crises

É somente com o surgimento do capital que a crise deixa de ser possível para se tornar necessária. Isso se dá, pois, a lógica do capitalismo deixa de ser de vender para comprar (M - D - M), passando a ser comprar para vender (D - M - D). Isso desloca o objetivo da troca da satisfação de necessidades e obtenção de valores de uso para a produção crescente de mais-valor, sob a forma de lucro.

Nunca se deve esquecer que a produção dessa mais-valia – e a retransformação de parte da mesma em capital, ou a acumulação, constitui parte integrante dessa produção de mais-valia – é o objetivo imediato e o motivo determinante da produção capitalista. Nunca se deve apresentá-la, portanto, como algo que ela não é, ou seja, como produção que tem por finalidade imediata a satisfação ou a criação de meios de satisfação para os capitalistas. Ao fazer isso, abstrai-se completamente seu caráter específico, que se apresenta em toda a sua configuração medular interior. (MARX, 1986, p.185).

A acumulação ou produção em escala ampliada se revela meio de produzir mais-valia em quantidade cada vez maior e de enriquecer o capitalista, que vê no enriquecimento seu objetivo pessoal; ela está compreendida na tendência geral de produção capitalista e torna-se com seu desenvolvimento, [...] uma necessidade para cada capitalista individual. O aumento contínuo de seu capital torna-se condição para conservá-lo. (MARX, 1986. Apud RIBEIRO, 2008, p.93).

Essa gana por valorização impulsiona o capital em direção à reprodução ampliada, ou seja, no consumo produtivo de parte do mais-valor acumulado na produção. Isso significa uma constante ampliação da produção, tanto em termos de valor quanto de valor de uso, a qual demanda também que aumente a quantidade de meios de produção e de força de trabalho disponível para exploração. Esta última é garantida pelo próprio processo de acumulação capitalista, seja através da incorporação de setores ainda fora do mercado de força de trabalho, como pequenos produtores, por exemplo, ou pelo aumento da composição orgânica do capital. Ambos os fatores contribuem para o aumento da oferta de força de trabalho, sendo parte dela incorporada aos processos produtivos e parte dela destinada à constituição de um exército industrial de reserva.

Sabemos que é objetivo do capitalista produzir e se apropriar de cada vez mais valor. Um mecanismo importante para esse processo consiste na apropriação de mais-valor extraordinário. Este se dá quando um capitalista individual consegue desenvolver seu mecanismo de produção, aumentar sua produtividade, de modo a baixar seu custo com relação à média social. Como essa diminuição ainda não se generalizou, ele pode seguir vendendo sua mercadoria de acordo com o dado socialmente e, assim, apropriar-se de um mais-valor extraordinário. Essa possibilidade impulsiona a concorrência no capitalismo, visto que o constante aumento de produtividade é condição para, não só alcançar esse mais-valor extraordinário, mas mesmo se manter competitivo no processo de acumulação geral.

Se a concorrência impele o capitalista individual no sentido de aumentar sua produtividade, esse aumento de produtividade tem como consequência um aumento do peso do capital constante na composição da produção – isso é por que o aumento da produtividade significa o aumento da força produtiva do trabalho, isso é “...uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso.” (MARX, 2013, p.389). Isso é, relativamente, cresce a proporção do capital constante em comparação ao capital variável - o que não quer dizer necessariamente que este diminua absolutamente ou estagne, ele pode, mesmo, aumentar – supondo que haja um crescimento geral da produção, por exemplo -, porém não na mesma proporção que a parte constante do capital. A esse crescimento chamamos aumento da composição orgânica do capital. Dado que o componente da produção que produz novo valor a ser agregado à mercadoria é a força de trabalho, esse aumento da produtividade e da composição orgânica do capital implicam na existência de um valor menor por unidade produzida e, portanto, na necessidade de se aumentar a produção como forma de se aumentar a massa geral de lucro. Ainda que se mantenha ou aumente a massa geral de lucro, a taxa de lucro tende a cair.

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. (...) A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho (MARX, 2017, p.250-1).

Isso é por que a taxa de lucro nada mais é do que o mais-valor produzido em relação ao capital total investido. Com a tendência a uma diminuição relativa da porção variável do

capital em relação à constante, há uma diminuição relativa da produção de mais-valor, em comparação com o total do capital. Dessa forma, há uma tendência à diminuição da taxa de lucro. “A queda da taxa de lucro não deriva de uma diminuição absoluta, mas apenas de uma diminuição relativa do componente variável do capital total, de seu decréscimo comparado com o do capital constante.” (MARX, 2017, p.255)

Para Marx, essa tendência à queda da taxa de lucro consiste em uma lei de tendência geral do modo de produção capitalista, independente da divisão da massa do mais-valor entre categorias a partir de seu sujeito de apropriação. Isso se expressa, inclusive, na própria opção de Marx de tratar da temática da queda da taxa de lucro antes de falar da divisão do lucro na exposição de *O Capital*.

Impulso à acumulação capitalista exige dimensões crescentes de capital para ocupar a mesma força de trabalho. A concentração de capitais é, assim, uma condição e um resultado – e lhe acompanha o processo de expropriação de produtores menores e da consequente aumento do exército de trabalhadores disponíveis. Esse processo de expansão da produção também se expressa no fato de que, ao mesmo tempo em que o preço da mercadoria individual diminui, a massa total de lucro pode aumentar – pelo aumento geral da produção.

Ao formular a lei da queda da taxa de lucro, Marx enfatiza seu caráter tendencial. A isso está associada a existência de causas contra-arrestantes, isto é, elementos que contrapõe essa tendência geral e impedem que ela seja absoluta e diminuam sua velocidade. Marx cita como causas contra-arrestantes na Sessão III do Livro III de *O Capital*: (i) o aumento do grau de exploração do trabalho; (ii) compressão do salário abaixo de seu valor; (iii) o barateamento dos elementos do capital constante; (iv) a superpopulação relativa; (v) o comércio exterior; e (vi) o aumento do capital acionário. Não aprofundaremos todas elas, mas cabe pontuar que a particularidade dessas causas contra-arrestantes consiste no fato de que ao mesmo tempo em que elas são causas da queda da taxa de lucro, elas também tem efeitos que inibem essa queda, dando-lhe seu caráter de tendência.

O aumento do grau da exploração do trabalho, por exemplo, traz esse elemento contraditório em si. Ele pode ser atingido basicamente através do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho. Contudo, diversas dessas formas de aumento da taxa de mais-valor implicam na diminuição da massa de mais-valor, considerando o capital total empregado. Essa contradição é bem sintetizada por Marx na passagem abaixo:

Considerando que as mesmas causas que elevam a taxa do mais-valor (o prolongamento do tempo de trabalho é um resultado da grande indústria) tendem a diminuir a força de trabalho empregada por dado capital, essas mesmas causas

tendem a diminuir a taxa de lucro e a frear o movimento dessa diminuição (MARX, 2017, p.273).

No que diz respeito ao barateamento dos elementos do capital constante, semelhante contradição também está presente. O mesmo fenômeno que aumenta a composição orgânica do capital, ou seja, que aumenta a proporção do capital constante no conjunto do capital investido e que, portanto, contribui para a queda da taxa de lucro, também traz o seu inverso. Esse processo também contribui, através do aumento da força produtiva do trabalho, para o barateamento dos elementos que compõe esse capital constante. Quando o caso é a superpopulação relativa, vemos que ela também é produto do desenvolvimento da força produtiva do trabalho – a impulsionadora da queda da taxa de lucro. Mais uma vez, “as mesmas causas que engendram a tendência à queda da taxa de lucro moderam também a efetivação dessa tendência” (MARX, 2017, p.275).

É somente desse modo que se pode compreender que a tendência à queda da taxa de lucro não ocorre de forma mais intensa e mais rápida – ela é uma lei de tendência, com uma série de contratendências que a atenuam. De qualquer forma, vemos que a lei de tendência da queda da taxa de lucro faz parte das contradições engendradas por um modo de produção cujo objetivo é a crescente acumulação de capital, e para a qual a resposta é uma expansão dessa acumulação, a qual, longe de eliminar suas contradições, as aprofunda na medida em que contribui para a concentração do capital e para o crescente aumento de sua composição orgânica.

É possível dizer que ao mesmo tempo em que a reprodução ampliada do capital impulsiona o modo de produção capitalista em direção à produção ilimitada de mercadorias, esse próprio sistema cria as condições necessárias para que o consumo também seja crescente. Isso se dá tanto pela ampliação do assalariamento, o que aumenta o número de compradores de bens de consumo, quanto pelo aumento do consumo produtivo, dado o impulso para a acumulação. Visto que ambos os polos crescem, produção e apropriação, fica a questão de porque a crise – já traçada como possível na própria constituição da forma mercadoria – passa a ser, então, necessária. Essa questão é respondida quando verificamos que, para além da tendência ao crescimento ilimitado da produção e ao aumento do consumo, também são produzidas barreiras/limites à realização desse crescente valor produzido, as quais refletem aquelas contradições próprias ao modo de produção capitalista. Como diz Ribeiro (2008, p.90): “As mesmas forças que geram a superprodução criam igualmente os consumidores e os impedem de consumir”.



### 1.3. Das barreiras e limites

Cabe, assim, analisar quais são as barreiras colocadas para a realização do valor produzido. Nos Grundrisse, Marx aponta algumas dessas barreiras próprias à forma mercadoria e ao modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, a mercadoria só se realiza quando consegue confirmar seu caráter de valor de uso, ou seja, quando é demandada por alguém que, no mercado, a adquire através da troca. Seu primeiro limite seria, assim, o próprio consumo, na capacidade de consumo. “Por conseguinte, como *valor de uso*, o produto contém em si mesmo um obstáculo – justamente a barreira da necessidade que há dele -, necessidade, porém, que não é medida pela necessidade do produtor, mas pela necessidade global dos trocadores”. (MARX, 2011, p.330) Além disso, também há a barreira da magnitude dos equivalentes existentes – a produção de um valor excedente requer a existência de um valor equivalente para a troca. Por fim, há uma limitação dada pela característica da sociabilidade do capital em que as trocas são feitas de uma forma específica, é dizer, através do mercado – com expressão na circulação do dinheiro. Assim, a sua disponibilidade também pode ser considerada uma barreira. Marx sintetiza assim esses pontos

Por conseguinte, como valor, tem a sua barreira na produção alheia, da mesma maneira que, como valor de uso, a tem no consumo alheio; no último caso, tem sua medida no *quantum* da necessidade do produto específico, no primeiro, no *quantum do trabalho objetivado* existente na circulação (MARX, 2011, p.331).

Podemos desdobrar essas questões especificamente para o consumo dos trabalhadores e para aquele dos capitalistas. Se, por um lado, o crescimento da produção – ao qual já aludimos quando falamos da tendência à produção ilimitada de valor e valores de uso – tende ao aumento do número de assalariados, a ampliação da força de trabalho é menor relativamente ao capital constante. Isso faz com que aumente, também, o exército industrial de reserva, o que constitui uma pressão para a diminuição dos salários dos empregados – impondo um limite ao consumo por parte dos trabalhadores.

Além disso, a diminuição do valor das mercadorias individuais, quando atinge o setor de produção de bens de consumo, implica na mais valia relativa, a qual consiste na diminuição do valor da força de trabalho e, conseqüentemente, de seu salário. Está aí mais um limite para o consumo por parte dos trabalhadores.

Assim, se o capital, por um lado, faz do trabalho excedente e de sua *troca* por *trabalho excedente* condição do trabalho necessário, e, conseqüentemente, faz da posição da *capacidade de trabalho* centro de troca – sob esse aspecto, portanto, já

restringe e condiciona a esfera da troca -, por outro, é igualmente essencial para o capital limitar o consumo do trabalhador ao necessário para a reprodução de sua capacidade de trabalho – fazer do *valor* expressando o *trabalho necessário* o limite da valorização da capacidade de trabalho e, com isso, da *capacidade de troca* do trabalhador, e procurar reduzir a um mínimo a relação entre esse trabalho necessário e o excedente (MARX, 2011, p.346).

Do ponto de vista do consumo dos capitalistas, o consumo pode ser produtivo ou improdutivo. No que diz respeito ao consumo improdutivo dos capitalistas, há dois limites para sua expansão ilimitada. Em primeiro lugar, as necessidades não são ilimitadas, ainda que novas necessidades possam ser constantemente produzidas – em oposição ao impulso da produção que o é. Em segundo lugar, a própria lógica da reprodução ampliada do capital implica que se aumente a proporção do consumo produtivo sobre o improdutivo por parte dos capitalistas, ou seja, que se aplique uma proporção crescente do mais-valor novamente na produção.

Partindo para o consumo produtivo, seu limite está relacionado ao fato de que ele não faz com que os valores consumidos desapareçam do mercado. Pelo contrário, há apenas uma modificação da forma material em que se encontram, visto que seu valor será transferido à nova mercadoria produzida. Assim, o consumo produtivo aumenta crescentemente o potencial produtivo da sociedade, ampliando a produção para o futuro. Se, por um lado, o impulso à acumulação ditaria que a ampliação do consumo produtivo poderia ser ilimitada, por outro, ele tem como condição a realização, a qual não pode ser restrita somente ao âmbito produtivo. Se ávido para consumir produtivamente em geral, quando enfrenta dificuldades de realizar sua produção no mercado, o capitalista retrai seu consumo produtivo.

Reconhecer a existência desses limites, contudo, não implica em apontar que o capital está fadado a perecer esses motivos. Ao contrário, “cada limite aparece como barreira a ser superada” (MARX, 2011, p.332), sem contudo eliminá-la por completo.

Porém, do fato de que o capital põe todo limite desse gênero como barreira e, em consequência, a supere *idealmente*, não se segue de maneira nenhuma que a superou *realmente*, e como toda barreira desse tipo contradiz sua determinação, sua produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas. Mais ainda, a universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo (MARX, 2011, p.334).

Assim, podemos observar como uma tendência imanente ao capital a de superproduzir mercadorias. Essa palavra, conforme aponta Ribeiro, pode induzir ao erro no sentido de parecer um excesso de produção frente às necessidades sociais ou mesmo desejo

de consumo.

Desse modo, não há qualquer incompatibilidade entre superprodução, de um lado, e, do outro, existência de potenciais consumidores insatisfeitos. Pelo contrário, a superprodução se dá em simultâneo com o crescimento da fome, da miséria, do desemprego, das falências, etc. Ela é o resultado do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas, sob o capitalismo, e os limites impostos pelo lucro do capital. Ela é uma superprodução capitalista de mercadorias (RIBEIRO, 2008, p. 110).

Contudo, essa superprodução não é em relação às necessidades sociais, de forma nenhuma implicando que todos os potenciais consumidores já consumiram, mas em relação às necessidades do capital. “Não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz periodicamente demasiada riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas.” (MARX, 2017, 297); em excesso *não para o consumo*, mas para *manter a proporção adequada entre consumo e valorização*; em excesso *para a valorização*. (MARX, 2011, p.364)

A partir das reflexões até agora apresentadas fica, então, definido o conteúdo da crise: a produção ilimitada de mercadorias, o consumo abundante e, ao mesmo tempo, as barreiras e limites para a realização do valor-capital produzido. Estas [as crises] são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. (MARX, 2017, p.288).

## 2. A crise e suas determinações

A partir disso é possível então, passar para o estabelecimento das determinações da crise. Carcanholo afirma que nos momentos em que a contradição entre o processo de produção e de realização se exacerba, sua unidade é reafirmada através da crise:

A crise nada mais é do que a consequência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra. Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explica a irrupção de crises no processo de acumulação de capital (CARCANHOLO, 1997, p.28).

Dessa forma, partimos do entendimento de que a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação ser a determinação da crise. Assim, pode-se dizer que, de acordo com uma interpretação marxista da realidade, as crises são provocadas pelas próprias leis de tendência do modo de produção capitalista. São, dessa forma, inerentes a esse sistema.

A troca não altera as condições internas da valorização, mas as exterioriza; dá-lhes

formas mutuamente autônomas e, com isso, deixa a unidade interna existir somente como necessidade interna, que, em consequência, se manifesta externamente de forma violenta nas crises (MARX, 2011, p.367).

Corroborando com essa interpretação, Ribeiro rejeita todas as explicações que apontam os desequilíbrios entre oferta e procura como causas da crise. O autor destaca que a aparência do fenômeno pode, de fato levar a essa interpretação, mas que, na verdade esse desequilíbrio consiste na forma através da qual essa contradição se manifesta e não em sua causa. Caso as crises fossem geradas por mero desequilíbrio entre oferta e procura, medidas de compatibilização desses polos seriam suficientes para evitá-las. Para reforçar esse ponto, Ribeiro passa a construir hipóteses de adequação da oferta e da procura como forma de provar a sua incapacidade de prevenir as crises.

A primeira hipótese consiste no controle do consumo, seja ele pessoal, produtivo ou os dois tipos. Ao construir essas hipóteses, o autor chega à conclusão de que uma maior distribuição de riqueza – uma alternativa para se aumentar o consumo pessoal – teria como consequência a diminuição do mais-valor, o que reduziria lucro, retiraria os investimentos, reduzindo o consumo produtivo, o que reduziria a produção, aumentaria o desemprego e manteria o desequilíbrio entre oferta e procura. Caso se optasse pelo aumento do investimento no consumo produtivo, teríamos em um primeiro momento um aumento do consumo produtivo e pessoal, com o aumento da força de trabalho empregada. Ainda assim, conforme já exposto, o funcionamento do capitalismo impele a um constante aumento de produtividade, a qual resulta em um aumento da composição orgânica do capital e, devido à diminuição da composição relativa de força de trabalho na produção, conduz a uma tendência à queda da taxa de lucro. Isso quer dizer que a médio prazo a crise seria agravada pelo aumento na proporção da produção causado pelo investimento no consumo produtivo. Para finalizar essa primeira hipótese, Ribeiro argumenta que, caso a ação fosse feita sobre ambas as formas de consumo (pessoal e produtivo) os problemas já aqui descritos só seriam transferidos no tempo e agravados. Dessa forma, o autor demonstra que a ação sobre a demanda, sobre o consumo, não tem a capacidade de causar o equilíbrio entre oferta e demanda no capitalismo.

A segunda hipótese construída pelo autor é da ação sobre a oferta. Dentro dessa hipótese poder-se-ia pensar no controle sobre a oferta de meios de produção, bens de consumo, força de trabalho e mercadoria capital. Segundo o autor nenhuma dessas mercadorias pode ter sua oferta controlada a priori – tanto pelo fato da confirmação da

realização da mercadoria só se dar a posteriori no mercado, quanto também por ser esta forma de produção a base do modo de produção capitalista, não podendo ser alterada sem que também se modifique o próprio sistema. Assim, Ribeiro demonstra que alterações no polo da oferta tampouco possuem o potencial de garantir o equilíbrio entre oferta e demanda sobre o capitalismo.

Por fim, retomando o debate sobre o caráter imanente e necessário das crises sob o capitalismo, Ribeiro afirma que oferta e procura não podem ser consideradas as causas da crise pois elas próprias seriam regidas por forças exteriores. Como já colocamos antes, a produção tem um caráter social, ao passo que a apropriação, funciona a partir de uma lógica privada.

*O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como a propulsora e o escopo da produção; o fato de que a produção é produzida apenas para o *capital*, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores (MARX, 2017, p. 289).*

É importante destacar, contudo, que o caráter imanente e necessário das crises sob o capitalismo não é sinônimo de mecânico e completamente previsível. As determinações contraditórias do capital têm suas manifestações conjunturais condicionadas por especificidades da realidade sócio-histórica em que estão inseridas. Assim, o conceito de “necessidade” é mais complexo e envolve as contingências da história.

### **3. O caráter cíclico das crises**

Segundo Marx, a partir do momento em que o capitalismo se desenvolve e consolida estão dadas as condições para a existência de crises as quais serão, então, não só necessárias, mas também cíclicas.

[..] a partir do momento em que a indústria mecânica se enraizou tão profundamente que exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional; em que graças a essa indústria o comércio exterior começa a aventajar-se ao comércio interno; em que o mercado mundial se apossa sucessivamente de vastas regiões do Novo Mundo, ...; em que, finalmente, as nações industriais que surgem na arena se tornam suficientemente numerosas. Só a partir desse momento começam a aparecer aqueles ciclos que se reproduzem continuamente, cujas fases sucessivas compreendem anos, e que desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo e o começo de outro (MARX, 1890 Apud RIBEIRO, 2008).

Compreender o caráter cíclico das crises é entender que elas não são sinônimo somente de tragédia. As crises são uma explosão violenta das contradições a qual engendra uma solução também violenta para elas próprias – ainda que não definitiva. A crise, assim,

traz em si o potencial de sua própria superação.

A redução dos preços das mercadorias, por exemplo, implica em um aumento da procura. Já o encerramento de empresas aponta para uma queda da oferta e redução dos estoques. A queda dos preços e a queda dos salários reduzem os custos de produção, ou seja, há um barateamento das mercadorias e dos meios de produção. Os capitalistas mais fracos, do ponto de vista da competição capitalista, ao falirem implicam não só na sua exclusão do mercado, mas também na destruição de capital sob a forma produtiva e sob a forma de mercadoria. Lembramos que é justamente a incapacidade de realização de parte do valor produzido ser o conteúdo da crise. Assim, a existência da crise simplesmente destrói parte do potencial produtivo existente.

A destruição de parte do capital se dará justamente sobre a parcela dos capitalistas que tinham as piores condições de produção quando comparadas à média social. A sua retirada do mercado capitalista faz com que os preços de produção tendam a cair, visto que aqueles não estão mais presentes para puxar a média social para cima. Isso faz com que os capitalistas que se mantêm no mercado tenham de se adequar a esses novos preços de produção.

Desse modo, ao mesmo tempo que a crise saneia os capitais mais fracos, destrói força produtiva, reduz o potencial instalado, elimina os excedentes de mercadoria abrindo espaços econômicos para o novo período de expansão, ela cria estímulos compulsórios aos capitalistas que sobreviveram para retomar os investimentos (RIBEIRO, 2008, p.140).

O que podemos concluir daqui é que a crise traz em si as premissas de sua superação. O seu próprio efeito destrutivo traz as condições para a constituição de um novo ascenso econômico. Para os capitalistas, este é um momento em que o impulso para o aumento da produtividade é ainda mais forte, condição para conseguir manter-se competitivo no mercado. Nesse sentido, Ribeiro retoma a forma como Marx aponta o capital fixo como a base material para as crises cíclicas. Segundo o autor, seria justamente após essas crises que os grandes investimentos de reposição do capital fixo seriam feitos.

Portanto, na mesma medida em que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desenvolvem-se o volume de valor e a duração de vida do capital fixo empregado, também a vida da indústria e do capital industrial se desenvolve, em cada investimento especial, até abarcar um período maior, digamos, em média, de dez anos. Se, por um lado, o desenvolvimento do capital fixo prolonga essa vida, esta é, por outro lado, encurtada pelo revolucionamento constante dos meios de produção, que também aumenta constantemente à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista. Com esse desenvolvimento, portanto, também aumentam a mudança dos meios de produção e a necessidade de sua constante reposição em consequência de seu desgaste moral, muito antes que estejam esgotados fisicamente. Pode-se supor que hoje, nos ramos mais decisivos da

grande indústria, esse ciclo de vida seja, em média, de dez anos. No entanto, aqui não importa a determinação exata dessa base material das crises periódicas nas quais a atividade econômica percorre as fases sucessivas de depressão, animação moderada, hiperatividade e crise. Os períodos em que se investe o capital são, na realidade, muito distintos e discrepantes. Porém, a crise constitui sempre o ponto de partida de um novo grande investimento. E, portanto, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, também fornece, em maior ou menor grau, uma nova base material para o próximo ciclo de rotação (MARX, 2014, 269-270).

Reconhecer a relação da parcela fixa do capital com os ciclos das crises não é, contudo, sinônimo de estabelecer uma data fixa para a ocorrência das crises. A duração dos ciclos é variável, mas, destaca-se, dentro do capitalismo sua repetição continuada é inevitável: daí seu caráter cíclico.

### **Considerações finais**

Portanto, a partir da leitura de textos de Marx e de autores críticos, podemos chegar à conclusão de que as crises são o restabelecimento violento da unidade entre produção e realização do capital, possibilidade que está presente em germe desde a forma mercadoria, e que se torna concreta a partir do desenvolvimento do capital. Seu conteúdo consiste na tendência à produção ilimitada, ao crescimento do consumo e à produção de barreiras para o consumo. Sua determinação nada mais é do que a contradição fundante do modo capitalista de produção, a saber, a divergência entre o caráter social da produção e privado da apropriação. As crises são, assim, imanentes ao sistema capitalista e não uma falha deste. São necessárias e regulares, sendo caracterizadas enquanto ciclos. As crises não são somente negativas para o capital. Suas contradições implicam que em sua própria constituição estão dadas as condições para a sua superação. Ao superarem-se os limites temporariamente, que se tornam barreiras, eles se erguerão mais alto no futuro. São necessárias não só por que determinadas pelas contradições fundamentais do capital, mas por que também são condição para sua contínua reprodução.

Dessa forma, buscamos contribuir a partir de uma discussão teórica do conceito de crise em Marx para as contribuições que caracterizam o capitalismo enquanto incapaz de superar suas próprias crises dentro de sua própria lógica de forma definitiva. Nos somamos, assim, à defesa da necessidade de uma superação radical desse modo de produção como forma real superação de suas contradições.

## REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: Uma Interpretação do Debate Marxista*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. *Formas, Conteúdo e Causa: Uma Proposta de Interpretação Marxista do Fenômeno Crise*. In: Leituras de Economia Política nº 5. IE-UNICAMP. Campinas. P. 15-31, 1997.

\_\_\_\_\_. *Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades*. In: Marx e o Marxismo: teoria e prática, 2011, Niterói. Anais.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos Críticos sobre a Teoria da Crise em Rosa Luxemburgo*. In: CEMARX, 5., 2007, Campinas. Anais.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. *O Fenômeno Econômico das Crises Capitalistas nas Perspectivas Marxista e Keynesiana: notas para um debate teórico*. In: SEP 2009. Anais.

GRESPLAN, J.L.S. *O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec – Fapesp, 1998.

MARX, Karl Heinrich. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III*, São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III*, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, N. R. *A Crise Econômica: uma visão marxista*. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 2008.

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo traçar alguns elementos da abordagem das crises de um ponto de vista marxista, buscando estabelecer seu conteúdo, a partir da análise das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e suas determinações, a partir da leitura de Marx e de autores que trabalharam o tema especificamente, como Carcanholo (1996) e Ribeiro (2008).

**Palavras-chave:** Crise, Marx.

**Abstract:** The present article aims to trace some elements of the crisis approach from a Marxist point of view, seeking to establish its content, from the analysis of the fundamental contradictions of the capitalist mode of production and its determinations, from the reading of Marx and authors who worked on the theme specifically, such as Carcanholo (1996) and Ribeiro (2008).

**Keywords:** Crisis, Marx.